

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.340 - SP (2019/0106329-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ALESSANDRO MILORI
ADVOGADO : ALESSANDRO MILORI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP210848
AGRAVADO : ELDER PEPINO FRAGALLE
ADVOGADOS : MARA SANDRA CANOVA MORAES - SP108178
ONOFRE CANOVA E OUTRO(S) - SP032761
INTERES. : KARINA DE LARA
INTERES. : VALDENIS QUINELATI DE LARA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ALESSANDRO MILORI à decisão de fls. 107/108, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

O acórdão cuja a decisão foi publicada na data de 31/05/2017, teve como objeto entre outras coisas a propositura de um EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, que teve seu julgamento publicado na data de 06/05/2018(fl's 83-stj).

[...]

Desta feita se demonstra com clareza solar que o recurso ora proposto não é intempestivo, ou seja, a nobre decisão encontra-se contraditória, OMISSA e data vênica máxima, obscura face aos documentos que ora se juntam.

Ademais, nenhuma intempestividade foi reclamada e nem apontada pela parte “ex adversa” e nem mesmo pelos nobres desembargadores dos tribunais inferiores, necessitando de uma análise mais criteriosa deste tribunal ad quem face aos documentos que foram juntados neste autos. (fls. 113/114).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, quanto à data de publicação do acórdão recorrido, mediante nova análise dos autos, verifico que existe erro material na decisão de fls. 107/108, razão

Superior Tribunal de Justiça

pela qual a corrijo. De fato, houve equívoco na decisão ora embargada, no sentido de não considerar a data de publicação do acórdão recorrido em 04/05/2018.

No entanto, o recurso especial permanece intempestivo, uma vez que a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 04/05/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 08/09/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Conforme já esclarecido na decisão ora embargada, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de agravo regimental/interno contra decisão colegiada configura-se erro grosseiro, sendo absolutamente incabível, nem interrompendo nem suspendendo o prazo para a interposição do recurso especial, como, de fato, ocorreu na espécie.

Nesse sentido, o AgRg no AgRg no RE nos EDcl no AgRg nos EAREsp 822.343/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 22/08/2018 e o AgInt no AREsp 1199970/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 20/08/2018.

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, apenas para corrigir a data de publicação do acórdão recorrido, nos termos acima expostos, mantendo, porém, o não conhecimento do recurso (art.**

Superior Tribunal de Justiça

21-E do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

